

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Fator Haddad e Ciro	2
Título: Disputa no pré-sal	2
Título: Reservas de petróleo podem chegar a 5 bilhões de barris.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: ‘País precisará do capital externo para retomar investimentos’	5
Título: Alta de preços regulados corrói renda das famílias.....	6
VEÍCULO: Valor Econômico.....	8
Título: Pesquisas, Ata, RTI e pré-sal lotam agenda	8
Título: ANP divide mercado ao forçar transparência nos preços	11
Título: Opep e Rússia ignoram Trump.....	14
Título: Eletrobras avalia vender fatia da Eletronuclear a grupo estrangeiro	14
Título: Estatal contrata consultoria para plano de negócios	16
Título: Destaques	17
Título: Petrobras pode perder R\$ 17 bi sem venda da Amazonas D	18
Título: Curtas	20
Título: Estado do Rio abre parcelamento especial.....	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Fator Haddad e Ciro**

Depois de conversar com várias petroleiras —ele esteve, na semana passada, na China —, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, está confiante no sucesso da quinta rodada de licitações do pré-sal, no dia 28, agora, que oferecerá quatro blocos exploratórios. É bem verdade que a licitação será realizada a pouco mais de uma semana da eleição, na qual pelo menos dois candidatos com chances de segundo turno, Fernando Haddad e Ciro Gomes, têm restrições à atual política do governo para o setor de petróleo. Por causa disso, a preocupação com o quadro eleitoral é visível entre as grandes petroleiras.

Segue...

Mas, ainda assim, as gringas confiam que o Judiciário não permitiria uma eventual "quebra de contrato". Elas se fiam na palavra de Dias Toffoli, que, na posse como presidente do STF, ressaltou que "o desafio do Judiciário no Século XXI é a segurança jurídica". É. Pode ser.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/09/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Disputa no pré-sal**

Leilão deve render até R\$ 180 bilhões em royalties

A 5ª Rodada do pré-sal —o último leilão de petróleo deste ano, que ocorre na sexta-feira, uma semana antes das eleições presidenciais — deve ser marcado por disputa acirrada, na avaliação de petroleiras e especialistas.

Num cenário de empresários preocupados com a possibilidade de mudança de regras ou até de suspensão temporária dos certames num próximo governo, dependendo do nome escolhido nas urnas, as petroleiras devem abrir a carteira para arrematar blocos nas bacias de Santos e de Campos.

Segundo estimativas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), caso todos os quatro blocos ofertados sejam arrematados, eles podem render R\$ 180 bilhões em royalties, participações especiais e tributos federais a partir da entrada em operação das áreas e ao longo dos 35 anos de contrato. O Estado do Rio e seus municípios devem ser os principais beneficiados pelo desenvolvimento dos projetos.

A previsão de investimento é de R\$ 80 bilhões. Alguns fatores contribuem para o apetite das petroleiras, como o preço do barril em alta, próximo dos US\$ 80. Apesar das incertezas, boa parte das empresas aposta na tradição do país de respeitar contratos na área de petróleo.

Além disso, o interesse aumentou após várias mudanças regulatórias, como a flexibilização de regras de conteúdo local e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operadora única.

Outros aspectos ajudam. As empresas já vinham se preparando para reforçar o caixa a fim de participar do leilão da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo na camada pré-sal), que ficou para 2019.

—A percepção das empresas é que o Brasil respeita os contratos. E, por isso, todos acham que a eleição não vai afetar o resultado do leilão. Mas, se o Brasil mudar regras no futuro, esta será a última oportunidade de as empresas entrarem no país para desenvolver o setor, gerando riqueza, renda e empregos — avalia Giovani Loss, especialista em óleo e gás do escritório Mattos Filho Advogados.

BÔNUS ESTIMULA COMPETIÇÃO

A avaliação é que vale a pena investir no pré-sal, a fronteira petrolífera mais competitiva do planeta. Marcar posição no Brasil é estratégico para não ficar em desvantagem frente à concorrência.

Além disso, o leilão é no regime de partilha, no qual o dispêndio inicial é baixo, e os pagamentos maiores ocorrem na produção, quando é preciso dividir o lucro do poço com o governo. Por isso, as petrolíferas podem garantir seu quinhão no pré-sal e, caso haja piora no cenário com o novo governo, simplesmente se desfazer do negócio antes da fase de maiores despesas.

Para Carlos Maurício Ribeiro, do Vieira Rezende Advogados, propostas mais estatizantes dos candidatos são interpretadas pelo mercado como “bravata de campanha” para tentar conquistar parte do eleitorado favorável a esse tipo de discurso: —É preciso lembrar que o sistema é democrático representativo, e o presidente da República não tem poderes imperiais, tem de governar como

Congresso. Além disso, há o controle dos atos administrativos pelo Judiciário. Doze petroleiras estão habilitadas a participar.

Além da Petrobras, há companhias da China, EUA, França, Noruega, Reino Unido, entre outros. No regime de partilha, a produção pertence à União, que ressarcе a petroleira pelos custos de exploração e produção. Neste modelo, o bônus de assinatura é fixo. Na 5ª Rodada, caso todos os blocos sejam arrematados, o valor chegaria a R\$ 6,82 bilhões.

A empresa vencedora é a que oferece o maior percentual de óleo- lucro, que corresponde ao volume de petróleo destinado à União, após o desconto de gastos de exploração e produção. Serão ofertados três blocos na Bacia de Santos (Saturno, Titã e Pau Brasil) e um na Bacia de Campos (Sudoeste de Tartaruga Verde).

—Nossa percepção é que o governo definiu um bônus de assinatura relativamente baixo, o que foi bom para gerar competição —disse Loss. A Petrobras tem direito de decidir previamente se pretende atuar como operadora do bloco.

O único bloco no qual ela exerceu esta opção foi o de Sudoeste de Tartaruga Verde. As reservas nesta área são interligadas ao campo de Tartaruga Verde, no pós-sal, já operado pela Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Reservas de petróleo podem chegar a 5 bilhões de barris

Projeção da ANP é mais conservadora e aponta volume de 2,4 bilhões

Nos dias que antecedem a disputa, as petroleiras estão debruçadas sobre o potencial dos blocos ofertados. A projeção mais otimista indica que as quatro áreas (Saturno, Titã, Pau Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde) têm reservas recuperáveis de 5 bilhões de barris. O cálculo feito pelo geólogo Pedro Zalan, da Zag Consultoria em Exploração de Petróleo, leva em conta um fator de recuperação de 30%.

Na prática, significa o limite do quanto é possível retirar dos reservatórios com as tecnologias usadas hoje. A estimativa da Agência Nacional do Petróleo é mais conservadora e aponta um mínimo de 2,4 bilhões de barris de petróleo. Analistas estimam que o bloco de Saturno, localizado em linha reta a mais de

200km de Cabo Frio, à leste da área de Libra numa região chamada de nova fronteira (ainda inexplorada), seja um dos mais disputados.

Só em Saturno, segundo Zalan, a previsão é que existam 2,5 bilhões de barris de petróleo: —Além de Saturno, o bloco tem ainda uma outra estrutura chamada Dione, que tem mais óleo. É o melhor bloco. O pré-sal continua a dar resultado com áreas cada vez mais distantes da costa e em águas mais profundas.

Na avaliação do geólogo e especialista John Forman, da Consultoria JForman, as empresas já incluíram o Brasil na sua estratégia de atuação: — Nos últimos leilões, muitas companhias pagaram bônus elevados para arrematar áreas no Brasil. Não acredito que mudarão sua aposta.

Para Alexandre Calmon, do escritório Tauil & Chequer Advogados, as áreas são bastante atraentes em termos geológicos. A preocupação do setor é com o risco de mudança de regras adiante. —Causa preocupação para a indústria a possibilidade de mudança no marco regulatório para futuros contratos e o risco de perder acertos feitos nos últimos anos, que permitiram a volta dos investimentos —disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/09/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: 'País precisará do capital externo para retomar investimentos'

Primeira Pessoa - Henrique Kruger Frizzo, Sócio da Trench Rossi Watanabe

O sócio do escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe, Henrique Kruger Frizzo, afirma que as incertezas políticas têm afetado o ritmo de aquisições no Brasil, especialmente por parte do investidor estrangeiro. Ele destaca ainda que o País vai precisar muito do capital externo para retomar investimentos no setor de infraestrutura, o que exigirá algumas mudanças internas.

Os negócios de infraestrutura estão parados neste momento de turbulência?

Os negócios não estão necessariamente parados, mas vemos uma demora significativa por parte do governo na licitação de novos projetos. O que temos visto é um interesse na aquisição privada de projetos já em andamento, até porque os preços dos ativos estão atrativos, em especial no setor de energia e portuário. Porém, as incertezas políticas têm afetado o ritmo dessas operações,

especialmente quando se trata de investidores estrangeiros; no passado, os projetos de aquisição eram mais objetivos e agora qualquer aspecto negativo gera uma rediscussão da intenção em adquirir.

Qual o principal desafio do novo presidente para reativar os investimentos?

Mais do que alterações legais, que é uma opinião recorrente, seria necessário trabalhar na qualidade dos projetos que serão licitados por meio da inclusão dos atores envolvidos (usuários, investidores e operadores). Uma priorização entre projetos já maduros e com boa aceitabilidade poderia representar um choque positivo no setor. No passado, sempre se focou em um dos atores (primeiros operadores, depois financiadores), o que gerou dificuldade de implementação, já que todos os interesses acabavam não harmonizados. Em relação aos investimentos estrangeiros, é essencial limpar as incertezas de macroeconomia e melhorar a qualidade dos projetos.

Que setores ainda têm potencial para fechar negócios neste ano?

Energia, portos, óleo & gás e rodovia.

Como está o apetite do investidor estrangeiro no Brasil?

O Brasil está atrativo pelo preço dos ativos. Mas as incertezas quanto ao retorno do investimento, segurança nos projetos e dificuldades de financiamento acabam por prejudicar a participação do estrangeiro. O País precisa de capital externo porque não há liquidez no mercado interno capaz de suprir a demanda para os investimentos. No mercado doméstico, o financiamento dos projetos ainda sofre impacto das alterações nas políticas do BNDES e do fraco apetite do setor financeiro em financiamentos de longo prazo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/09/2018

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Alta de preços regulados corrói renda das famílias

Custo de vida. Preços administrados, com reajustes fixados pelo governo, como energia elétrica, gasolina, gás e passagens de ônibus, subiram 6,64% de janeiro a agosto, mais que o dobro da inflação geral, e afetaram o poder de compra das famílias

Apesar de a inflação nos últimos meses ter batido recordes de baixa a ponto de terminar agosto com resultado negativo de 0,09% – a menor taxa em 20 anos

para o mês –, muitos brasileiros, especialmente os de menor renda, não têm sentido esse alívio no bolso. Além do desemprego continuar alto, o que reduz a renda, o elevado reajuste das tarifas ampliou os gastos das famílias com despesas obrigatórias, como energia elétrica, gasolina, gás, passagem de ônibus, entre outras.

Com isso, uma parcela crescente do orçamento, que já passa de 25%, vem sendo comprometida com esses gastos, sobrando menos recursos para outras despesas. Em 2018, pelo segundo ano seguido, os preços administrados, aqueles cujos reajustes são determinados pelo governo e independem da oferta e da demanda, estão subindo muito acima da inflação geral e também dos preços livres, não regulados.

De janeiro a agosto, os administrados aumentaram 6,64%, mais que o dobro da inflação geral de 2,85%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e superaram o avanço dos preços livres (1,55%). No ano passado, os administrados tinham subido 5,08% entre janeiro e agosto e fecharam o ano em 8%. Economistas calculam que os preços administrados repetirão a alta de 8% neste ano.

Diferenças entre a inflação das tarifas e dos preços livres também são gritantes no período mais longo de 12 meses até agosto. Dados do IPCA mostram que os administrados aumentaram 9,59%, enquanto a inflação geral subiu 4,19% e os preços livres avançaram 2,40%.

Dos dez itens que mais contribuíram para o aumento da inflação nesse período entre os cerca de 400 que compõem o IPCA, quatro são administrados: gasolina, energia, plano de saúde e gás de botijão. Essas quatro tarifas responderam por 50% da inflação geral do período. "Há dois mundos muito diferentes dentro da inflação", afirma o economista da LCA Consultores, Fabio Romão.

Ele se refere à diferença de cinco pontos percentuais neste ano entre alta das tarifas e a inflação dos preços livres. As tarifas estão em alta porque são pressionadas pelo dólar e pela política de paridade da cotação internacional do petróleo adotada pela Petrobrás. Já a inflação dos preços livres está rebaixada pelo efeito da fraca atividade que não permite grandes reajustes.

Bem-estar.

A inflação das tarifas provoca um grande estrago no orçamento das famílias porque diz respeito a preços de produtos e serviços – como energia elétrica, gasolina, gás – que são difíceis de serem substituídos ou cujo consumo não pode ser evitado.

"O fato de as pressões de preços estarem concentradas em bens e serviços de difícil substituição ou postergação do consumo provoca uma redução da sensação de bem-estar das pessoas, a despeito de a inflação geral estar bem comportada, e abaixo do centro da meta de 4,5%", afirma o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Fabio Bentes.

A disparada das tarifas impacta a todos, mas os efeitos são um pouco mais severos sobre as famílias de menor renda, que usam mais serviços básicos e não têm poupança para bancar eventuais aumentos de despesas.

No mês passado, por exemplo, as famílias com renda mensal de até R\$ 4,7 mil gastaram 2,17% com gás de botijão, 4,71% com a conta de energia e 5,16% com ônibus, aponta o INPC. Já para os mais ricos, que recebem até R\$ 38,1 mil mensais, essas despesas pesaram 1,35%, 4,03% e 2,72%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Angela Bittencourt

Título: Pesquisas, Ata, RTI e pré-sal lotam agenda

Três pesquisas eleitorais em cinco dias de negócios, balanço das contas externas brasileiras, operações de crédito, dívida pública, resultado fiscal do Tesouro, Ata do Copom, Relatório de Inflação do terceiro trimestre; reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), 5ª Rodada de Partilha do Pré-sal que poderá render R\$ 6,82 bilhões em arrecadação de bônus e decisão de política monetária do Federal Reserve (banco central americano), além da abertura da Assembleia Geral da ONU pelo presidente Michel Temer amanhã, são eventos previstos para esta semana que antecede o 1º turno de votação das eleições no Brasil, em 7 de outubro.

Essa agenda não inclui detalhes da movimentação dos candidatos à presidência da República que poderá ser intensificada caso Jair Bolsonaro (PSL), líder das pesquisas de intenção de votos, deixe o Hospital Albert Einstein. Na sexta, o deputado disse, nas redes sociais, que deve ter alta até o fim do mês. Mas o boletim médico, divulgado também na sexta, não fez previsão de alta, embora tenha reconhecido sua "melhora clínica progressiva".

Bolsonaro está hospitalizado há quase duas semanas, recuperando-se do atentado que sofreu em 6 de setembro, durante um comício. A Polícia Federal (PF) informou oficialmente no fim de semana que o agressor agiu sozinho.

"Salvador Dalí se move na tumba", diz José Roberto Afonso

É improvável que as pesquisas Ibope/Globo/Estadão que será divulgada hoje e Ibope/CNI, a ser publicada a partir da quarta-feira, alterem tendências dos principais candidatos. Jair Bolsonaro continuou avançando na semana passada; Fernando Haddad (PT) teve crescimento acelerado; Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) mostraram estabilidade e Marina Silva (Rede) enfraqueceu.

Executivos do mercado financeiro encerraram a sexta-feira, reiterando a expectativa de um 2º turno, em 28 de outubro, disputado entre direita e esquerda representadas por Bolsonaro e Haddad praticamente empatados. Esse placar, se confirmado, mantém em elevação a temperatura eleitoral por mais três semanas - período em que os militantes de direita e de esquerda estarão armados para arrebanhar eleitores do opositor.

Esta semana de fechamento de mês e trimestre deve ser naturalmente mais movimentada pela necessidade de bancos, empresas e governo concluírem seus relatórios de atividade e resultados. Contudo, há alguns dias, grandes investidores já começaram a fechar posições em Brasil, preparando-se para o 1º turno da eleição que, mesmo sendo improvável, pode definir o próximo presidente do Brasil.

Esse reposicionamento já contribuiu para a queda do dólar em 2,9% na semana passada. A moeda chegou a ser negociada, na sexta, abaixo de R\$ 4,05. Também empurraram o dólar negociado no mercado local a baixa observada no mercado internacional e a percepção de analistas de que Jair Bolsonaro segue na preferência dos eleitores para o 1º turno, alimentando assim promessas e esperanças de vitória no 2º turno.

A apreciação do real ocorre após um reforço de carteiras de hedge cambial descrita no **Valor** de hoje pelo repórter Lucas Hirata, especialista em câmbio e juro. A mudança de patamar do dólar para R\$ 4 levou à busca por hedge contra uma valorização adicional do dólar que chegou a ser negociado a R\$ 4,21 nas máximas das últimas semanas. De acordo com dados da B3 antecipados pelo **Valor PRO**, as compras de dólares superaram as vendas a partir de junho, movimento que prosseguiu até o mês passado e foi capitaneado por importadores.

Só em junho, relata o jornalista, as compras líquidas de dólares somaram US\$ 5,63 bilhões via contratos de câmbio a termo (conhecidos como NDFs, sigla de Non Deliverable Forwards) registrados na B3. Foi justamente naquele mês que a aquisição bruta da moeda americana avançou ao pico de US\$ 17,73 bilhões, o volume mais elevado desde maio do ano passado. O ritmo se manteve elevado

nos últimos meses e, no acumulado do ano até agosto, as compras líquidas alcançaram US\$ 7,53 bilhões.

Ainda na bolsa brasileira, a exposição de investidores estrangeiros em ativos denominados em dólar (contratos de dólar futuro e cupom cambial ou juro em dólar) caiu a US\$ 34,4 bilhões na quinta-feira passada. Esse é o menor montante de posições compradas em quase dois meses. Em 31 de agosto, os investidores estrangeiros chegaram a manter US\$ 39,27 bilhões em compras de ativos cambiais, um recorde.

Simultaneamente ao arranjo operacional dos mercados para virar o trimestre e alcançar a transição de governo no Brasil, a partir de janeiro de 2019, economistas mantêm em debate as reformas e medidas que vão exigir ação rápida do futuro presidente e de sua equipe.

José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, em entrevista à coluna diz suspeitar que Salvador Dalí está se remoendo na tumba. "Nem ele sonhava com um debate político, econômico e fiscal tão surreal quanto o que está em curso no Brasil."

"Como é possível segmentos do mercado financeiro apoiarem alguém que defende recriar a CPMF, sendo que, com inflação muito reduzida e produto em recessão, repetir a alíquota de 0,38% praticada no passado provocaria uma profunda desintermediação bancária? Porque pensar em ressuscitar uma tributação às portas de uma revolução digital, do bitcoin ao blockchain, que vai virar o sistema financeiro do mundo inteiro de cabeça para baixo?", pergunta o economista para quem "nem kamikaze japonês seria tão preciso no suicídio".

Afonso avalia que uma saída mais fácil, do "MMA intelectual" que se observa atualmente, é culpar a política fiscal por todos males do que voltar aos modelos de consistência macroeconômica, que resultem em propostas coordenadas das diferentes políticas que regulam a economia. Ele entende que o mercado e o governo apostaram tudo nas panaceias do teto dos gastos públicos e, depois, na reforma previdenciária. Ambas são necessárias, mas insuficientes isoladamente. E alerta que entre os mitos que marcam o debate econômico está a ideia de que foi equacionado o financiamento dos investimentos e do crescimento pela redução de subsídios. "Isso não aconteceu", diz. *(Mais informações no blog Casa das Caldeiras).*

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E-mail: angela.bittencourt@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: ANP divide mercado ao forçar transparência nos preços**

Enquanto elabora uma resolução para aumentar a transparência do sistema de preços dos combustíveis no Brasil e abrir dados da Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) recebe críticas de agentes e especialistas que avaliam potenciais efeitos negativos e positivos. A medida também divide opiniões no mercado.

Luiz Carvalho, analista do UBS, se disse cético quanto aos impactos da resolução, que ainda está em fase de consulta pública, e acredita que ela pode afetar negativamente as margens de produtores como a Petrobras e grandes distribuidoras com papéis negociados em bolsa, como a Cosan, BR e Ultrapar.

"É importante ressaltar que monitorar todos os atores do mercado será difícil, caro e pode introduzir mais burocracia no ambiente de negócios", escreveu o analista junto com Gabriel Barra em um relatório distribuído para clientes do banco.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne as maiores distribuidoras de combustíveis do país vê a medida em estudo pela ANP como um retrocesso. "É uma intervenção. Não vemos como isso vai trazer benefícios para o mercado, pelo contrário, vai afugentar investimentos em refino e trading [comercialização] em uma área crítica", disse o executivo ao **Valor**.

Já André Hachem, do Itaú BBA, avalia que a ANP deu um passo à frente na "salvaguarda da autonomia da Petrobras na sua política de preços". Hachem observa que uma das principais preocupações dos investidores e analistas que acompanham a Petrobras tem sido o preço do combustível, e a possibilidade de intervenções. E com a nova regra, que obriga a publicidade sobre a fórmula que baliza os preços, a empresa ficará mais protegida.

"Sob os novos regulamentos, a Petrobras teria que anunciar publicamente mudanças em sua fórmula de preços, o que poderia, a nosso ver, acabar com o incentivo de ter o preço dos combustíveis da Petrobras abaixo da paridade internacional", escreveu Hachem em um relatório.

Para Vicente Falanga, do Bradesco, as novas regras em análise mostram disposição do governo em estabelecer uma estrutura que garanta a

concorrência entre as diferentes fontes de suprimento de combustível no Brasil, o que ele considera positivo. Falanga avalia que a obrigação de dar maior transparência no cálculo de preços e a eliminação de médias entre as regiões - já que a Petrobras informa apenas uma média nacional dos preços de cada combustível - "foi um aspecto fundamental que os importadores de combustíveis defendiam como condições saudáveis para as importações".

Um dos pontos mais atacados é a obrigação de informar a fórmula de preço adotada para gasolina, diesel, querosene de aviação (QAV), gasolina de aviação (GAV); gás liquefeito de petróleo (GLP), todos os tipos de óleo combustível e todas as categorias de cimento asfáltico de petróleo e lubrificantes básicos. Deve abrir as informações o agente que tiver participação de mercado superior a 20%.

O artigo 4º da minuta informa que os contratos de fornecimento de gasolina A, óleo diesel A, óleo diesel marítimo, óleo combustível para turbina elétrica (OCTE), asfaltos, combustível de aviação e GL), "todas as parcelas da fórmula de preço parametrizado, positivas ou negativas, deverão ser claras, objetivas e passíveis de cálculo prévio pelos agentes econômicos partícipes do contrato e pela ANP".

As maiores críticas são na direção do ponto em que a ANP exigirá que cada empresa torne públicas informações consideradas confidenciais e "intestinas", nas palavras dos que acusam o regulador de fazer uma intervenção no mercado. Isso porque nos Estados Unidos, o que é coletado são as transações e os preços, mas não as companhias.

A Argus Media, uma grande empresa do mercado e que hoje é responsável pela cesta de petróleos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) faz levantamento dos preços dos combustíveis no Golfo com base em cerca de 90% das transações entre refinarias, distribuidoras, tradings, e corretoras realizadas no mercado spot.

Em mercados maduros, empresas americanas e europeias reportam diariamente suas transações de forma voluntária. Já a resolução da ANP obrigará as empresas tornem públicas informações sobre o "preço de lista parametrizado, para cada um dos produtos à venda, em cada ponto de entrega, no ato do reajuste do preço ou da alteração dos parâmetros da fórmula", segundo a minuta.

Especialista consultado pelo **Valor** que prefere não ser identificado diz que não há paralelo a isso em nenhum lugar do mundo e tem dúvidas sobre se a ANP tornará públicas todas as informações que vai solicitar das empresas. "Existem países como Equador e México que publicam suas fórmulas de exportação de

petróleo, por exemplo, mas são empresas estatais. E existem várias entidades governamentais que possuem sua própria fórmula de paridade de importação, como Uruguai e Chile, que publicam seus números para que os agentes usem como referência. Mas desconheço entidade governamental que force esse tipo de abertura", afirma.

Diretor-geral da ANP, Décio Oddone disse ao **Valor** que não vai haver fiscalização nem burocracia. E que o objetivo é tornar públicos os preços e todas as informações que permitam identificar como eles foram formados.

"O objetivo é dar mais transparência e estabilidade aos mecanismos de formação de preços, para diminuir a dependência das importações", afirmou Oddone.

Segundo ele, no longo prazo a iniciativa de dar mais transparência ao assunto dará à sociedade o conhecimento e o que ele chama de legitimidade ao mercado de combustíveis.

"Isso é fundamental para que os novos investidores em refino possam se programar e terem garantia de que serão remunerados. Isso nunca tivemos porque a política de preços nunca foi conhecida pela sociedade", completa.

O especialista em mercados de commodities sugere que o Brasil adote uma estratégia intermediária. Lembra que a transparência ocorre naturalmente com o aumento do número de participantes em todos os elos da cadeia de fornecimento, especialmente no refino. "Como o refino ainda muito concentrado em torno de Petrobras, o melhor caminho seria forçar a companhia a publicar seus preços diariamente por base, e não a média mensal e, paralelamente a isso, a ANP publicaria o preço de paridade de importação", diz. " Isso ajudaria o mercado a entender se há prática de dumping ou não".

Um analista que também preferiu não ser identificado acha que a discussão é de certa forma "inútil" porque, a seu ver, apesar de a Petrobras ter total controle sobre o refino no país, ainda não tem liberdade para decidir "não mais importar" caso não seja economicamente atrativo. "Mercado livre é ela [a Petrobras] poder decidir o que fazer", pondera.

As mudanças em análise não têm relação com a política de subsídio do governo para encerrar a crise dos caminhoneiros. Eles reclamavam da alta dos preços e também da periodicidade dos reajustes, que podiam ser diários. O governo ajudou a baixar o preço dando uma subvenção de R\$ 9,5 bilhões, mas o aumento médio de 13% no fim do mês passado reaproximou os preços do diesel para perto do que estava em maio. Já a periodicidade mensal continua garantida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 24/09/2018**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Opep e Rússia ignoram Trump

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Rússia ignoraram ontem a pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, para o grupo aumentar a oferta e reduzir os preços internacionais da commodity. Um aumento na produção, disseram, só se houver demanda dos clientes. "Nosso plano é atender à demanda", disse o ministro saudita, Khalid Al-Falih, após encontro do grupo ontem em Argel (Argélia). "Todos os nossos clientes estão recebendo todos os barris que querem", acrescentou. Na mesma linha, o ministro de Energia russo, Alexander Novak (foto, à dir.), que participou do encontro apesar da Rússia não fazer parte da Opep, disse que seu país tem capacidade para elevar a produção em várias centenas de milhares de barris por dia no curto prazo, mas que isso depende do mercado. O preço do Brent chegou a US\$ 80 o barril este mês, o que levou Trump a exigir uma ação da Opep. Mas essa alta é resultado da queda nas exportações do Irã, por causa das novas sanções impostas pelos EUA.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 24/09/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio**Título:** Eletrobras avalia vender fatia da Eletronuclear a grupo estrangeiro

A Eletrobras caminha para concluir o ano, se tudo sair como esperado pela estatal, com o endividamento sob controle e fora do segmento de distribuição de energia. Um obstáculo a ser superado, para o qual ainda não há saída definida, é a finalização das obras da usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro, que ainda demanda investimentos estimados em R\$ 17 bilhões para ser concluída. A estatal avalia ceder uma participação na Eletronuclear a um grupo estrangeiro, que ficará responsável por fazer aportes na companhia e finalizar o empreendimento. A elétrica brasileira, no entanto, permanecerá como controladora da subsidiária. A ideia é lançar uma concorrência internacional para atração de sócios nos próximos meses, antes do início do próximo governo.

A possibilidade de receber um sócio na Eletronuclear é uma das duas alternativas em estudo pelo grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de

Política Energética (CNPE) para analisar a retomada das obras da terceira usina nuclear brasileira. A outra alternativa, já conhecida do mercado, seria a companhia estrangeira entrar como sócia especificamente em Angra 3, aportando os recursos necessários para a conclusão da usina. Mas a operação da termonuclear continuaria nas mãos da Eletronuclear.

Segundo Wilson Ferreira Júnior, presidente da Eletrobras, controladora da Eletronuclear, o CNPE deve se reunir no fim deste mês para decidir a solução que será tomada para a retomada das obras de Angra 3, que já consumiram R\$ 13 bilhões. O grupo de trabalho entregou no início desta semana o relatório final sobre o tema.

"Esperamos ter uma reunião neste mês no CNPE em que haverá um debate sobre o tema da tarifa [de Angra 3] e, com essa tarifa, sairemos com uma incumbência de fazer uma concorrência internacional para selecionar um sócio", disse Ferreira Júnior, em entrevista exclusiva ao **Valor**, na sede da estatal elétrica, no Rio.

Entre os principais interessados no negócio, o **Valor** apurou que estão a russa Rosatom, a chinesa CNNC e o consórcio franco-japonês EDF / Mitsubishi.

De acordo com Ferreira Júnior, a ideia é que o CNPE aprove um reajuste na tarifa de energia de Angra 3, atualmente da ordem de R\$ 240 por megawatt-hora (MWh), valor considerável inviável para arcar com os compromissos financeiros do empreendimento e para remunerar um novo investidor no projeto. O executivo não soube dizer de quanto seria o novo valor da tarifa. Estima-se, porém, que o preço supere os R\$ 400 o MWh.

Questionado sobre o impacto do reajuste para a tarifa do consumidor, Ferreira Júnior afirmou que a entrada em operação de Angra 3, com a tarifa reajustada, permitirá, na verdade, uma redução média de 1,5% na tarifa de energia para o consumidor final, no ano em que ela iniciar o funcionamento. A queda, explicou, será motivada pelo deslocamento de termelétricas mais caras, com o acionamento de Angra 3.

"A única razão que fez a tarifa de energia brasileira subir tanto nesses últimos meses e anos é a exposição que nós, consumidores, temos ao risco hidrológico", disse o executivo, acrescentando que a operação de Angra 3 tem potencial para diminuir a exposição dos consumidores ao risco hidrológico, provocado principalmente pelas despesas relativas ao GSF (sigla em inglês para fator de ajuste da garantia física de hidrelétricas).

Com índice de conclusão de 67%, Angra 3 teve as obras interrompidas em setembro de 2015, devido a investigações no âmbito da Lava Jato e ao não

pagamento, pela Eletronuclear, a fornecedores do empreendimento. A usina, que terá capacidade instalada de 1.405 MW, está prevista para entrar em operação em 2026, de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A questão da busca por um sócio para a Eletronuclear ser um dos temas de conversas entre o presidente da Eletrobras e representantes dos candidatos à presidência, que começam a ser recebidos na estatal esta semana.

A ideia das conversas, segundo o presidente da estatal, é entender a visão para infraestrutura e energia dos candidatos para a elaboração do próximo plano de negócios da empresa, para o período 2019-2023, e previsto para ser lançado no fim do ano.

"Vamos começar a recebê-los [representantes do setor de infraestrutura e energia dos candidatos]. E já teremos alguns 'inputs' do que eles querem. Vamos considerar isso também. Imagino que já possamos incorporar alguma coisa da visão ou da preocupação deles para a frente", disse Ferreira Júnior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio

Título: Estatal contrata consultoria para plano de negócios

A Eletrobras contratou uma consultoria para auxiliar na elaboração do próximo plano de negócios, a fim de debater diversos cenários para o futuro da companhia, a depender dos resultados das eleições presidenciais.

"É importante fazer um debate mais aprofundado deste período que vivemos e dos cenários para o futuro", disse Wilson Ferreira Junior, presidente da estatal.

A versão atual do plano diretor de negócios e gestão da companhia, que aborda o período 2018-2022, prevê investimentos de R\$ 19,7 bilhões nesse horizonte.

O próximo plano de negócios deve tratar do período de 2019 a 2023, ultrapassando a duração do mandato do próximo presidente da república. O planejamento é visto como essencial para que a Eletrobras se coloque no futuro, uma vez que se aproxima da normalização das suas operações ao fim deste ano.

Na próxima quinta-feira, 27 de setembro, a companhia realiza o leilão de venda de participações em 71 sociedades de propósito específico (SPEs), que terão preço mínimo de R\$ 3,1 bilhões. Se bem-sucedida, a entrada do caixa para abater dívidas vai ajudar a estatal a chegar na meta de alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3 vezes.

A venda das distribuidoras Amazonas Energia e Ceal (Alagoas) também são pendências que devem ser resolvidas até o fim do ano, assim como a transferência do controle das concessionárias privatizadas recentemente: Cepisa (Piauí), Boa Vista (Roraima), Ceron (Rondônia) e Eletroacre.

Com relação ao próximo plano de demissão voluntária, chamado de Plano de Demissão Consensual (PDC), Ferreira Júnior afirmou que ele será lançado em 15 de outubro e terá período de duas semanas para adesão. Segundo o executivo, o potencial de adesões da iniciativa é de 2.400 funcionários. A companhia estima economia de R\$ 1 bilhão com a medida. Até o momento, a Eletrobras já contabilizou o desligamento de 3 mil funcionários com etapas anteriores do plano de demissões e aposentadoria incentivadas.

O novo PDC terá como objetivo possibilitar acordos para saída de funcionários redundantes depois que a companhia concluir a instalação do centro de serviços compartilhados e do sistema de gestão integrada (SAP).

O plano de demissão também coincide com a mudança de endereço da sede da Eletrobras, no Rio de Janeiro, para um edifício mais moderno e menor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Shangai desiste de ativo

A Shanghai Electric Group comunicou na sexta-feira à Aneel que desistiu de adquirir um projeto de transmissão da Eletrosul, controlada da Eletrobras, que havia sido licitado em 2014. Na terça-feira, a agência deu um ultimato à estatal, exigindo a conclusão da transferência até dia 21. O **Valor** antecipou que as negociações não iam bem, sem perspectiva de que um acordo fosse fechado. O projeto, no Rio Grando do Sul, foi arrematado em um leilão. A Eletrosul, porém, não conseguiu fazer os investimentos necessários para tirá-lo do papel, devido

ao seu elevado endividamento na época. Em 2016, a Eletrobras abriu uma chamada pública para buscar um sócio ou comprador. A Shanghai assinou um memorando de entendimento em 2017, mas a transferência da concessão (SZE Transmissora de Energia) vinha se arrastando.

A transferência dependia da aprovação pelos órgãos reguladores brasileiros. O **Valor** apurou que a Aneel deve declarar a caducidade do contrato, uma vez que os referidos empreendimentos já estão incluídos no edital do leilão de transmissão, marcado para o final deste ano. E a Eletrobras deve ser submetida à multa, ao mesmo tempo em que deve tentar ser ressarcida pelos investimentos já feitos - quantia entre R\$ 150 milhões e R\$ 200 milhões com o projeto. A empresa obteve 39 das 44 licenças ambientais exigidas na implantação. **(Camila Maia e Rodrigo Polito)**

EDP Renováveis no Brasil

A EDP Renováveis, controlada pelo grupo português EDP Energias de Portugal, fechou contrato de 15 anos para a venda de energia solar no Brasil, informou o grupo EDP na sexta-feira em Lisboa. A eletricidade será gerada por um parque situado em São Paulo que terá potência instalada de 199 MW. O contrato foi firmado pela subsidiária no Brasil e entrará em vigor em 2022. "Com esse contrato, a EDP Renováveis entra no mercado brasileiro de energia solar, reforçando e diversificando a sua presença num mercado com baixo perfil de risco, através do estabelecimento de contratos de longo prazo, com recursos renováveis atrativos e com fortes perspectivas para o setor a médio e longo prazo", diz trecho do documento. Para o presidente do grupo EDP, Antonio Mexia, o Brasil é um mercado prioritário por oferecer boas oportunidades de crescimento. Com novo contrato, a EDP Renováveis passa a ter 1 GW de projetos de energia renovável em construção e desenvolvimento no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras pode perder R\$ 17 bi sem venda da Amazonas D

A liquidação da Amazonas Distribuidora de Energia, alternativa no cenário em que a tentativa de privatização da concessionária não seja bem-sucedida, retomaria uma crise já superada entre a Eletrobras e a Petrobras, com potencial de custar cerca de R\$ 35 bilhões às duas estatais.

Em entrevista ao **Valor**, Wilson Ferreira Junior, presidente da estatal elétrica, explicou que o acordo de confissão de dívida firmado no fim de abril entre as companhias, depois de mais de um ano de negociações, só tem eficácia se a privatização da distribuidora amazonense acontecer.

O acordo, assinado em 30 de abril pelas partes, repactuou R\$ 17 bilhões em dívidas da elétrica com a petroleira, decorrentes de fornecimento de óleo e gás natural para geração de energia na região. Desse valor, R\$ 12,2 bilhões são créditos da Petrobras e R\$ 4,6 bilhões são devidos à Petrobras Distribuidora, a BR.

"Se você liquida uma distribuidora, você liquida os créditos e as dívidas. A Eletrobras só assume créditos e dívidas no momento da privatização. Se não tiver sucesso, continuam na empresa. O ônus, nesse caso, seria da Petrobras, que tomaria um prejuízo, ao ter créditos a receber com uma espécie de massa falida da Amazonas", disse Ferreira.

Para a Eletrobras, o custo de liquidação da concessionária é estimado em R\$ 14 bilhões, resultantes de baixas contábeis de dívidas da concessionária com fornecedores, bancos, além da demissão de funcionários.

O leilão de privatização da Amazonas Energia, previsto inicialmente para 26 de setembro, foi adiado para 25 de outubro, diante da não aprovação no Senado de um projeto de lei (PL) que viabiliza a operação da companhia no futuro. O presidente da Eletrobras se disse confiante sobre a aprovação do PL, pela sua importância para o setor elétrico, por tratar de questões urgentes como o risco hidrológico (medido pelo GSF, na sigla em inglês).

Além de viabilizar a operação futura da Amazonas Energia, o PL permite que créditos de encargos setoriais assumidos pela Eletrobras com a privatização das distribuidoras Boa Vista (Roraima), Ceron (Rondônia) e Eletroacre se concretizem, para fazer frente à passivos da mesma ordem que também subiram para a holding.

A Eletrobras já assumiu R\$ 3,85 bilhões em créditos da Ceron, R\$ 296,2 milhões da Eletroacre e R\$ 278,36 milhões da Boa Vista. Se a venda da Amazonas Energia for bem-sucedida, serão assumidos outros R\$ 4 bilhões em créditos da concessionária.

A estatal subiu os créditos mesmo sem a aprovação do PL, devido à urgência na venda das distribuidoras, apesar do atraso do Senado em apreciar o tema. Segundo Ferreira Junior, o PL dá o comando legal para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reconheça os créditos. "Ele traz reconhecimento de despesas pretéritas praticadas e fiscalizadas pela agência", explicou.

É o caso, por exemplo, das despesas com compra de combustível para geração de energia no Acre e Rondônia. Os contratos vigentes com as distribuidoras no passado venceram, sem que a agência fizesse novas contratações de fornecimento. A Eletrobras fez consultas formais à agência questionando se deveria suspender o fornecimento de energia ou continuá-lo, mesmo sem contrato, e recebeu a orientação de continuar fornecendo energia. Não houve, porém, remuneração para a compra desses combustíveis, pois não havia contrato. O PL regulariza isso.

"Eles referem-se a operações feitas pelas empresas do grupo Eletrobras de boa-fé, no sentido de atender os consumidores", disse o executivo. Segundo ele, mesmo sem o projeto de lei aprovado, a Eletrobras nunca perderá o direito de discutir o reconhecimento dos créditos, "inclusive na Justiça, pois foi algo que fizemos com o consentimento do regulador."

A Eletrobras prorrogou a gestão das distribuidoras de energia "designadas" (cujas concessões foram devolvidas em 2016 mas são administradas pela estatal desde então) para até 31 de dezembro deste ano. A companhia já conseguiu privatizar as concessionárias Ceron, Eletroacre, Boa Vista e Cepisa (Piauí).

O leilão da Amazonas Energia está marcado para 25 de outubro. Já a venda da Ceal (Alagoas), está suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), devido a um conflito entre a União e o governo alagoano.

Segundo Ferreira Junior, a Eletrobras contratou uma consultoria para avaliar os prejuízos sofridos com a gestão das distribuidoras de energia desde que suas concessões foram devolvidas, em julho de 2016, e elas passaram a ser operadas como "designadas".

"Temos direito por lei à neutralidade dessas concessões", disse Ferreira Junior. A consultoria vai calcular exatamente qual o valor a que a Eletrobras terá direito de receber, excluindo perdas causadas por problemas de eficiência por exemplo. "O que não se pode é obrigar uma empresa pública a ser designada para perder dinheiro. Se não, você dá direito aos minoritários de questionarem a designação", disse, se referindo aos sócios privados da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério passa de US\$ 69

Os preços do minério de ferro, matéria-prima utilizada na fabricação de aço, tiveram ligeiro recuo, de 0,05%, na sexta-feira, no mercado chinês, principal consumidor mundial da commodity. O produto com teor de metálico de 62% de ferro foi negociado no porto chinês de Qingdao a US\$ 69,13 a tonelada, de acordo com informação da publicação "Metal Bulletin".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/09/2018

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Laura Ignacio | De São Paulo

Título: Estado do Rio abre parcelamento especial

O governo do Rio publicou lei que abre um novo Refis no Estado. A Lei Complementar nº 182 cria um parcelamento para débitos de ICMS, multa do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e dívidas de IPVA de pessoas físicas com vencimento até 30 de junho. Os descontos da multa vão de 40% a 85% e dos juros variam de 15% a 50%, a depender do número de parcelas.

Entre os dois artigos vetados da Lei Complementar 182, está o que impediria a privatização da Cedae - a alienação de ações da companhia garantiu um empréstimo contraído pelo Estado com o banco BNP Paribas, que ajudou a colocar os salários dos servidores em dia. O outro artigo vetado estenderia o Refis para o Imposto sobre Doação e Transmissão Causa Mortis (ITCMD).

A nova lei cria quatro modalidades de pagamento de débitos com descontos: à vista, em 15 parcelas, 30 parcelas e em até 60 parcelas. "Já tivemos Refis melhores, com 90% de desconto, mas considerando o cenário atual, é uma boa oportunidade de se regularizar", afirma a tributarista Bianca Xavier, do Siqueira Castro Advogados.

Os contribuintes do Rio não teriam a possibilidade de participar de um novo Refis até 2026. Isso porque, por meio da LC nº 175, de 2016, que introduziu uma política de austeridade no Estado, o governo se comprometeu a não dar nenhum tipo de benefício fiscal durante dez anos.

Contudo, segundo a própria lei, o Refis é uma exceção à LC 175 para o governo elevar a arrecadação e, junto com outras fontes de receitas, poder pagar o décimo terceiro salário dos servidores deste ano. "Além disso, o Convênio do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] nº 75, de 2018, dá respaldo jurídico para os descontos concedidos", diz Bianca.

A LC 182 também extingue os autos de infração ou débitos de ICMS de até R\$ 1.482,25 (450 UFIR) lavrados ou constituídos até 31 de março. "Isso deve abranger quem foi autuado por algum erro", diz a tributarista. E a lei estabelece que não deve incidir ICMS na conta de energia elétrica e gás de igrejas, hospital beneficente e associações ligadas a estes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Além disso, a LC 182 determina que os débitos de IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho e que não estiverem inscritos em dívida ativa, podem ser recolhidos em até dez parcelas, sem juros e sem multa. "Nesse caso não há restrição a pessoas físicas", afirma Bianca.

Saldos de outros parcelamentos e de ICMS pago por meio do regime de substituição tributária também podem entrar no Refis.

Já o advogado Anderson Trautmann, do escritório Souto Correa Advogados, destaca que o contribuinte que estiver devendo o pagamento de multa, por exemplo, por falta de emissão de notas fiscais, guias ou declarações, também pode ter descontos. Contanto que a infração tenha acontecido até 31 de março, nesse caso podem ser aplicadas reduções de 20% a 70% da multa e de 15% a 50% dos juros de mora.

Trautmann chama a atenção para o dispositivo, segundo o qual somente com o encerramento do parcelamento o contribuinte terá depósitos judiciais e garantias liberados (artigo 13). E se ocorrer inadimplemento ou irregularidade de qualquer outra obrigação tributária, vencida por período maior a 60 dias, o parcelamento é cancelado, como no caso de três parcelas consecutivas não pagas.

O prazo de adesão e as regras sobre como aderir ao Refis ainda serão fixados. Por nota, a Secretaria de Fazenda e a Procuradoria-Geral do Estado dizem que trabalham na resolução conjunta para regulamentar a medida. "E o impacto na arrecadação está sendo calculado pela Receita Estadual", diz a nota.

MME / ASCOM .